ESTADOS UNIDOS / Descompasso entre deputados republicanos impede, pela primeira vez em 100 anos, a eleição do presidente da Casa. Quarta tentativa será feita hoje

Impasse deixa a Câmara acéfala

Getty Images via AFP

Apesar do favoritismo, Kevin McCarthy, da Califórnia, não conseguiu os 218 votos necessários: oposição trumpista é obstáculo

O Partido Republicano conquistou, ainda que por pequena margem, a maioria dos assentos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos nas eleições de novembro passado. Mas, ontem, na abertura do ano legislativo, a divisão entre os deputados da legenda gerou uma situação que não se via há um século. Após três tentativas, não se atingiu o mínimo de votos suficientes para eleger o novo presidente da Casa. Não acontecia nada parecido desde 1923.

Uma nova votação será realizada hoje para tentar resolver o impasse. Favorito para substituir a democrata Nancy Pelosi, o republicano Kevin McCarthy não conseguiu acalmar a revolta de apoiadores do ex-presidente Donald Trump, evidenciando uma cisão no partido.

O presidente da Câmara baixa, conhecido como "speaker", é a terceira figura mais importante da política americana. Para a eleição, é necessária uma maioria de 218 votos. McCarthy não alcançou atingir esse patamar devido à oposição de cerca de 20 congressistas trumpistas. "Kevin não acredita em nada, não tem ideologia", afirmou Matt Gaetz, que ocupa um assento pela Flórida.

O impasse foi, de certa forma, inesperado. A candidatura de McCarthy atraiu, desde o início, um apoio amplo dentro do seu partido. O anúncio de sua indicação no plenário foi recebido com aplausos de pé nas fileiras americanas.

Entretanto, o republicano da Califórnia, líder da oposição nos dois primeiros anos de governo do presidente Joe Biden, se vê debilitado pelo desempenho do partido nas eleições de meio de mandato, que não cumpriu os prognósticos. Esperava-se uma onda vermelha, que não aconteceu. Republicanos conquistaram 222 assentos contra 213 dos democratas — uma cadeira está vaga após a morte, de Donald McEachin, da Virgínia, no fim de novembro.

Concessões

Mc Carthy parece estar disposto a fazer concessões aos mais conservadores para evitar que a história se repita, uma vez que, em 2015, a ala mais à direita de seu partido o impediu de ocupar o cargo. Contudo, não pode se dar ao luxo de se colocar contra os republicanos moderados.

Embora a margem de manobra seja reduzida, no momento McCarthy não tem um adversário forte. Como possível alternativa, circula apenas o nome de Jim Jordan. Ontem, ele teve como oponentes Andy Biggs, apresentado pelo trumpista Paul Gosar, e o democrata Hakeem Jeffries.

Com os republicanos no controle da Câmara dos Representantes, Biden e seus correligionários perderam poder para aprovar novas iniciativas. Inicialmente, os republicanos pretendem usar essa maioria para abrir uma série de investigações que têm como alvo o presidente americano, entre elas sobre a forma como ele gerenciou a pandemia de covid-19.

Para que se entrincheirem em uma oposição sistemática, entretanto, teriam que estar unidos e na votação do orçamento, em dezembro, viu-se alguns republicanos votando com os democratas. Com a eleição do "speaker", a desunião salta à vista novamente.

Para analistas, uma Câmara hostil poderia, inclusive, beneficiar Joe Biden, caso ele confirme a intenção de se candidatar à Presidência em 2024. O presidente é cauteloso ao comentar as divisões republicanas. A porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, assegurou que o líder democrata não "se intrometerá nesse processo".

Sem presidente, a Câmara dos Representantes fica inativa. Não se pode aprovar leis ou formar comissões. Muito menos abrir as almejadas investigações contra Biden. Em caso de paralisação legislativa, o presidente americano deve culpar os republicanos pelo bloqueio, na esperança de se beneficiar politicamente.

Dessa forma, não há outra alternativa além de negociar e continuar votando até conseguir os 218 votos para a eleição, que pode ser decidida em horas ou levar semanas. Em 1856, o processo demorou dois meses.

ISRAEL

Visita à local sagrado provoca críticas

AFP

O ultradireitista Ben Gvir na Esplanada das Mesquitas: para os palestinos, uma provocação

Foram apenas cinco dias para um integrante do novo governo de Benjamin Netanyahu, classificado como o mais à direita da história de Israel, abrir a primeira crise com os palestinos, que repercutiu fortemente no mundo árabe. Acompanhado por membros das forças de segurança, o ministro da Segurança Nacional de Israel, o líder de extrema direita Itamar Ben Gvir, visitou a Esplanada das Mesquitas — um lugar sagrado no centro das tensões entre palestinos e israelenses —, gerando uma onda de condenações.

A passagem de Ben Gvir pelo terceiro local mais sagrado do Islã e o mais sagrado do Judaísmo gerou grande alvoroço. Após a partida do ministro, a situação na área se acalmou e fiéis e visitantes puderam entrar sem impedimentos. A Esplanada das Mesquitas fica na Cidade Velha de Jerusalém, no setor palestino ocupado e anexado por Israel.

Em virtude de um "status quo" histórico, os não muçulmanos podem ir lá em determinados horários, mas não podem rezar. Nos últimos anos, porém, um número crescente de judeus, em geral nacionalistas, vão ao lugar para fazer orações, o que os palestinos denunciam como uma "provocação".

Escalada

Ben Gvir, que foi várias vezes à Esplanada como deputado, já havia anunciado sua intenção de ir como ministro. O movimento islâmico palestino Hamas, que controla a Faixa de Gaza, descreveu a intenção do ministro como "prelúdio de uma escalada na região".

"Nosso governo não cederá às ameaças do Hamas", declarou Ben Gvir a jornalistas na manhã de ontem. "Se o Hamas acredita que me ameaçar vai me dissuadir, que entenda que os tempos mudaram", tuitou, após a visita.

O movimento islâmico classificou a visita como crime. "Nosso povo palestino continuará defendendo seus lugares sagrados e a Mesquita de Al-Aqsa", reagiu o porta-voz Hazem Qassem.

A repercussão negativa foi grande. O Ministério das Relações Exteriores da Jordânia denunciou uma "provocação" e convocou o embaixador de Israel em Amã. Os Emirados Árabes Unidos e o Marrocos, que estabeleceram relações diplomáticas com Israel em 2020, igualmente se manifestaram contra a iniciativa de Ben Gvir. A Arábia Saudita, a Liga Árabe e a Organização de Cooperação Islâmica também criticaram a visita.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, arqui-inimigo de Israel, disse que se tratava de "uma violação das normas internacionais e um insulto aos valores muçulmanos no mundo".

Por sua vez, o embaixador dos Estados Unidos em Israel, Tom Nides, afirmou que o governo de Joe Biden "deixou claro que se opõe a qualquer movimento que possa minar o status quo nos locais sagrados", segundo um porta-voz do Escritório de Assuntos Palestinos dos EUA.

Diante da forte repercussão, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, indicou, por meio de um comunicado, que está "determinado a manter estritamente o status quo". O premiê assinalou que outros ministros visitaram a Esplanada no passado.

"Isso é o que acontece quando um primeiro-ministro fraco é forçado a entregar responsabilidades à pessoa mais irresponsável do Oriente Médio no lugar mais explosivo do Oriente Médio", reagiu o líder da oposição, Yair Lapid, no Twitter.

Em 2000, a visita de Ariel Sharon, então chefe da oposição de direita de Israel, ao local sagrado foi vista como uma provocação pelos palestinos. No dia seguinte, confrontos violentos marcaram o início da Segunda Intifada (revolta palestina, 2000-2005).

COLÔMBIA

Ludovic MARIN / POOL / AFP, DANIEL MUNOZ / AFP e Julio PACHECO NTELA / AFP

Gustavo Petro convoca reunião de governo

ELN nega acordo de cessar-fogo

Celebrado pela comunidade internacional, o acordo de cessar-fogo entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN) está em suspenso. A guerrilha efetivamente participa de negociações de paz com emissários do presidente Gustavo Petro. Porém, negou ontem que integre o pacto anunciado no último dia de 2022 pela Casa de Nariño, forçada a reconhecer que não há nada oficializado.

"A Delegação de Diálogo do ELN não discutiu nenhuma proposta de cessar-fogo bilateral com o governo de Gustavo Petro, portanto ainda não há acordo sobre o assunto", afirmou a última guerrilha reconhecida no país.

Segundo a versão do governo, outros quatro grupos participam da trégua, sendo dois dissidentes das Farc, além da maior quadrilha de narcotráfico, conhecida como Clã do Golfo, e as milícias de Sierra Nevada, de origem paramilitar.

No fim da noite de 31 de dezembro, Petro anunciou que o cessar-fogo teria validade até 30 de junho, podendo ser prorrogado. Para cada organização, o governo expediu decretos, que ainda mantém em sigilo, nos quais estabelece as condições da trégua.

Sem valor

Ontem, após a comunicação do ELN, o chefe da delegação de paz do governo, Otty Patiño, admitiu que os decretos não tinham sido assinados. "Ainda não têm vigência, não tem números, consta como uma proposta [...] Falou-se, sim, [em Caracas], mas, neste momento, não se chegou a nada conclusivo", declarou à emissora W Radio. O presidente convocou uma reunião de emergência com o ministro do Interior e o da Defesa, informou a Presidência à imprensa.

No primeiro dia do ano, o anúncio de Petro foi amplamente comemorado. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos (OEA) manifestaram a disposição de fazer o monitoramento do cessar-fogo.

O ELN está na sexta tentativa de negociar a paz com o governo. Em 12 de dezembro, terminou a última rodada de diálogos do ano em Caracas, sem qualquer acerto. O processo vai continuar no México em data ainda a definir.

"Em várias ocasiões, indicamos que o ELN só cumpre o que é discutido e acordado na Mesa de Diálogo da qual participamos. Um decreto unilateral do governo não pode ser aceito como um acordo", informou a guerrilha. "Uma vez que tivermos concluído o que está previsto, estamos dispostos a discutir a proposta de cessar-fogo bilateral", acrescentou, que concedeu trégua unilateral natalina entre 24 de dezembro e 2 de janeiro.

Estimativas oficiais calculam que o ELN está presente em 22 dos 32 departamentos (estados) da Colômbia, onde disputa a receita do narcotráfico e do garimpo ilegal.